



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2025

Aos vinte e cinco dias de setembro do ano de 2025, às 19h, em sala virtual da plataforma Google Meet, em atenção ao chamamento publicado no Diário Oficial do Município nº 13.671 - Ano LVI; pag.7, estiveram presentes para a 9ª Reunião Ordinária do CDPCNC as seguintes pessoas Conselheiras membras da Executiva: Marcela Regina Miguel Reis (Presidenta), Cíntia Cristina Pereira – Dandewara (Vice-Presidenta), Marcelo de Rezende Bento (Coordenador de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Atingido o quorum regimental para a realização da 9ª Reunião Ordinária, conforme conferência feita pela Presidenta, que aconteceu às 19h18min. Foi registrada a presença na reunião de representantes de 14 (quatorze) das entidades da Sociedade Civil e secretarias do Poder Público que compõem o CDPCNC:

1. GABINETE DO PREFEITO - sem representantes presentes;
2. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: Marcelo de Rezende Bento e Elisângela Nunes de Oliveira;
3. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO: Dandewara Pereira;
4. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: Evanir Cassia de Oliveira Firmino;
5. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: sem representantes presentes;
6. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER: sem representantes presentes;
7. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: sem representantes presentes;
8. SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA: Thalles Jordane Almeida Oliveira;
9. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP: Anna Christina Bentes da Silva;
10. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS – PUC: Paola Fernanda Silva Mineiro;
11. ASSOCIAÇÃO DO JONGO DITO RIBEIRO: Maria Janaina Soares de Oliveira;
12. AFRO IT EDUTECH CURSOS E TECNOLOGIA INOVA SIMPLES: sem representantes presentes;
13. DJUMBO - sem representantes presentes;
14. ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA PONTE PRETA: Tagino Alves dos Santos;
15. ILÈ ASÈ OBÁ ADAKEDAJÓ OMI ALADÓ: Nathassia Kiolla de Jesus Bezerra
16. INSTITUTO NEGRAS EM AÇÃO: sem representantes presentes;
17. INSTITUTO ODARA CONECTA: Franciele Felipe Serino;
18. ESCOLA NACIONAL DE NEGÓCIOS - REAFRO: sem representantes presentes;
19. REAKISE MUSIC ART: Marcela Regina Miguel Reis e Daniel Luís Alves;
20. UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE- UNEGRO: Luiz Fernando da Cruz
21. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM MARINGÁ - sem representantes presentes;
22. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA EM SERVIÇO DE ESGOTO DE CAMPINAS



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS

ATIBAIA E REGIÃO - SINDAE: João Paulo de Brito;
23. SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO
MUNICIPAL DE CAMPINAS STMC: Sérgio Luís dos Santos.

Foram registradas justificativas para ausência de representantes da
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; AFRO IT EDUTECH CURSOS E
TECNOLOGIA INOVA SIMPLES; INSTITUTO NEGRAS EM AÇÃO; e ESCOLA
NACIONAL DE NEGÓCIOS – REAFRO.

A reunião foi iniciada às 19h13min com apresentação, pela convidada Iara, do
Centro de Memória da Unicamp, de relevante projeto para o CDPCNC e para a
comunidade negra de Campinas. Conforme trecho lido por Iara “este projeto
proposto pelo CMU, NEAB e NEPO tem por objetivo o desenvolvimento de um
portal digital que reúna e disponibilize de forma livre e irrestrita conjuntos
variados de informações sobre a população negra em Campinas ao longo do
século XX e para tanto (...) estão previstas tanto atividades de coletas de
entrevistas orais, levantamentos de fontes documentais, mapeamento de
associações e instituições que congreguem a população negra na cidade,
sistematização escrita de verbetes e artigos temáticos como também a
curadoria de uma exposição itinerante e a realização de um evento sobre o
projeto”. Segundo a convidada, o projeto, que tem o prazo de 1 ano para ser
desenvolvido, tem como objetivo o registro de informações da população negra
em Campinas numa perspectiva diferente da mais comum, focada no período
da escravidão. Pretendem fazer isso por meio de um portal acessível para a
comunidade interna e externa da Unicamp e o CDPCNC estará representado
numa seção. Sendo assim, contam com a colaboração de conselheiras e
conselheiros para entrevistas, a serem agendadas conforme indicação da
presidenta Marcela. Iara encerrou sua fala colocando-se à disposição para
prestar informações complementares sobre o projeto a quem tiver interesse.

Às 19h18min, a Presidenta informou às pessoas presentes sobre o alcance do
quorum regimental para a realização da reunião e agradeceu pela
disponibilidade de todas. Em seguida, manifestou que considera importante
associar o trabalho a ser desenvolvido pela Unicamp com a preparação de
atividade alusiva ao aniversário do CDPCNC, com ênfase no registro da
história do colegiado, convidando quem se interessar a compor um Grupo de
Trabalho específico. Indicou como secretária para a reunião Elisângela Nunes
de Oliveira, que aceitou a tarefa. O conselheiro Daniel
Luís Alves - Ciro informou que a gravação da reunião estava em curso e seria
posteriormente disponibilizada.

Fazendo uso da palavra, a Vice-Presidenta Dandewara elogiou a proposta
apresentada por Iara, mas reforçou a necessidade de se ouvir quem veio antes
na história do Conselho, quem fez parte antes, fazendo convite para que
participem do projeto, haja vista que há conselheiros atuais que não conhecem
a história do Conselho e seria de grande importância que parassem para ouvir
e, respectivamente, que os antecessores tivessem oportunidade de relatar
suas contribuições, o que nunca ocorreu. A Presidenta Marcela fez um adendo
dizendo que pessoas que fizeram parte da criação do CDPCNC serão ouvidas
e mencionou Cleusa, Tiãozinho, Tagino e representantes do Movimento Hip-
Hop. A Vice-Presidenta Dandewara ressaltou que há outras pessoas que não
foram citadas, como Elvira, que também presidiu o Conselho. Marcela registrou



que as pessoas mencionadas podem nortear o trabalho de levantamento da história do Conselho indicando outras pessoas a serem ouvidas. Iara informou que já havia conversado com Ciro e no dia seguinte conversaria com Cleusa. Submetido à votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Marcela salientou que o projeto será compartilhado por Iara e disponibilizado para as pessoas membras do CDPCNC via grupo no aplicativo WhatsApp.

A seguir, sucederam-se informes sobre a 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - 5ª CONAPIR, que ocorreu entre 15 e 19 de setembro de 2025, em Brasília-DF, na qual o município foi representado por Marcelo de Rezende Bento (poder público) e Marcela Regina Miguel Reis e Daniel Luís Alves (sociedade civil). Marcela apresentou relato sobre dificuldades para viabilizar passagens e falta de apoio da vereança, informando que, após desgastantes interlocuções, as passagens de ônibus dos representantes da sociedade civil foram inteiramente custeadas pelo prefeito Dário Saadi. Destacou a mobilização local e nacional da sociedade civil em torno do processo da conferência e os esforços para que os desgastes enfrentados para viabilizar a participação na 5ª CONAPIR não se repitam na Marcha das Mulheres Negras, em 25 de novembro. Salientou a participação nas atividades sobre a PEC nº 27/2024, que pretende instituir o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial – FNREPR. Avaliou de forma muito positiva a sua primeira participação em uma Conferência Nacional, referindo gratidão, e deixou registrado que será elaborado um relatório das atividades. Ciro apresentou um breve panorama das conferências Regional e Estadual de promoção da igualdade racial, até chegar à Nacional e destacou negativamente a atuação do governo estadual para desmobilizar participação da sociedade civil nos processos de conferências, mas que, apesar disso, cerca de 90 pessoas delegadas, das aproximadamente 100 eleitas para representar São Paulo, conseguiram participar da 5ª CONAPIR. Complementou relato de Marcela sobre a dificuldade em obter custeio de transporte para participação na 5ª CONAPIR, descrevendo que somente às 13h do dia 13 de setembro (sábado) receberam a confirmação do custeio das passagens de ônibus e, saindo de Campinas no sábado à noite, somente após exaustivas 36 horas de viagem, em razão de quebra do ônibus no caminho, conseguiram chegar ao destino, na manhã do dia 15 de setembro, onde foram recebidos por Marcelo, que viajara com recursos próprios e prestou apoio logístico a eles. Avaliou a 5ª CONAPIR como bem organizada, com propósito e participação popular. Todavia, diante da complexidade do processo da conferência, que comporta, além das pautas negras, também as pautas indígenas, das comunidades de matriz africana, dos povos quilombolas e ciganos, entende que é necessário que as especificidades sejam discutidas separadamente. Registrou, inclusive, que a delegação do estado de São Paulo já se reuniu após a Conferência Nacional e deliberou pela articulação conjunta por conferências segmentadas. Complementou suas colocações ressaltando que, apesar das dificuldades, a Conferência é um bom processo, de aprendizado, e que Campinas ainda é citada, inclusive por pessoas históricas das lutas negras, como referência nacional em implementação de políticas de promoção da igualdade racial, por tudo que aqui foi implementado, como Conselho, órgão PIR e Centro de Referência, e



manutenção da mobilização e organização, o que muitas cidades sequer têm conseguido. Concluiu falando sobre o quanto considera importante o projeto apresentado por Iara da Unicamp, para que as histórias das lutas da comunidade negra e suas conquistas coletivas, do povo do samba, das religiões de matriz africana, do Hip-Hop, entre outros grupos, que também participaram do processo de criação do CDPCNC, sejam registradas para que outras pessoas acessem, o que é fundamental. Salientou ainda que na esteira da vanguarda de Campinas, está sendo construído o Conselho Municipal de Hip-Hop, o primeiro do Brasil, e sendo também organizada a primeira Conferência Municipal de Hip-Hop do país.

Iniciada a Ordem do Dia, passou-se ao primeiro item:

1. Andamento das comissões e construção da Cartilha Antirracista no Esporte; A Presidenta questionou às pessoas presentes se alguém conseguiu visualizar e fazer sugestão ou alteração no teor da Cartilha Antirracista no Esporte a partir do link disponibilizado. A conselheira Janaína Oliveira registrou que analisou a cartilha, incluiu considerações e avaliou que os aspectos referentes às mulheres precisam ser aprofundados. Marcela informou que tem ciência das contribuições de Janaína e de também dos conselheiros Luis e Paola, mas que acredita que após a última reunião nada mais foi acrescentado, por isso o assunto foi novamente trazido à pauta. Propôs que na próxima semana o Conselho possa dedicar esforços à edição da cartilha, para que possa ser lançada e represente ação começada e terminada do Conselho. Informou que o evento 3X3 foi transferido para 19 de outubro por questões referentes a contratações e que fará parte do calendário do Outubro Rosa, estando garantida a verba para impressão da cartilha, de modo que basta a finalização do texto. A conselheira Dra. Paola Mineiro fez intervenção registrando a falta de fontes de dados inseridos pelo conselheiro Luís na cartilha e propôs que sejam acrescentadas, para evitar retrabalho.

Diante de dificuldade de acesso do coordenador da CDPPIR à reunião, a Presidenta promoveu remanejamento da pauta, postergando o item 2 (Plano Municipal), cujas informações deveriam ser por ele prestadas, e passando ao item 3. Conversar sobre Centro de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa e sobre o Centro de Referência do Imigrante, Refugiado e Apátrida, registrando a presença de representantes dos serviços convidados, Elisângela Nunes de Oliveira, apresentada como nova gestora do Centro de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa - SCRRCR e Flávio Rodrigo, assistente social do Centro de Referência do Imigrante, Refugiado e Apátrida - SCRIRA.

Fazendo uso da palavra, Elisângela declarou que, apesar de estar responsável pela gestão do SCRRCR desde 12/08/2025, trabalha no serviço desde o seu ingresso na Prefeitura Municipal de Campinas como especialista em relações sociais, em 2016. Descreveu histórico de dificuldades relacionadas à falta de profissionais para a composição da equipe de trabalho do serviço, tendo chegado a trabalhar sozinha durante 6 meses entre fevereiro e agosto do ano corrente. Informou que atualmente, além dela, que possui formação em Direito, o Centro de Referência conta também com os servidores recém chegados Alberto, também especialista em relações sociais, com formação em



Pedagogia, e Mariana, psicóloga. Exibiu apresentação com informações sobre:

1. Vinculação administrativa do SCRCR, que é um setor da CDPPIR;
2. Breve histórico do serviço, inaugurado em 2016, mas oficializado somente em abril de 2024. Ilustrou a importância da formalização explicando que, somente a partir dela, a então gestora, professora Jacqueline Damázio Armando, responsável pelo Centro de Referência desde a inauguração até fevereiro de 2025, pode receber a devida gratificação financeira pelo exercício da função. Elisângela também destacou que o SCRCR foi criado por demanda da sociedade civil e expressou agradecimento especial aos representantes da CRMA - Comissão de Religiosos de Matriz Africana, envolvidos desde as lutas pela criação do serviço e sempre presentes no acompanhamento das atividades ao longo do tempo, defendendo o Centro de Referência e lutando pela sua estruturação. Manifestou ter ciência de que, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por mais de 9 anos junto ao Centro de Referência, apoiaram sua indicação para a sucessão de Jacqueline na gestão do setor, tendo inclusive comparecido a uma reunião do CDPCNC durante a qual expuseram tal apoio. Mencionou expressamente o Pai Airton, Maurílio, Celeste, Mama Carla e Senhor Valdir, mas estendeu o agradecimento a todos os demais membros da CRMA;
3. Resumo das atribuições do Centro de Referência, destinado ao acolhimento, acompanhamento e encaminhamento de denúncias da prática de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem, bem como à realização de ações voltadas para a promoção da igualdade e combate a discriminação racial e religiosa, junto a escolas, universidades, empresas e demais órgãos, cuja atuação pode ser traduzida por três eixos de trabalho principais: 1) Acolhimento (registro), acompanhamento e encaminhamento de casos, 2) Ações educativas para promoção da igualdade racial e liberdade religiosa e 3) Procedimentos de Heteroidentificação, os quais foram explicados pormenorizadamente e ilustrados por dados estatísticos;
4. Elenco descritivo de atividades realizadas: - registro e acompanhamento de casos de racismo e discriminação religiosa; - atividades internas - atendimentos, recebimento de visitas, reuniões e encaminhamentos diversos; - atividades de formação em diferentes locais; - apoio em ações da Coordenadoria Departamental de Promoção da Igualdade Racial; - participação e apoio a eventos e outras atividades de terceiros; - gestão técnica e administrativa dos procedimentos de heteroidentificação no âmbito da PMC e apoio a outros órgãos; - elaboração de projetos e textos para materiais voltados para a conscientização e educação da população sobre relações étnico-raciais e liberdade religiosa e orientação procedimental para casos de discriminação racial e religiosa; - interações com a população e publicações nas redes sociais Facebook e Instagram; - acompanhamento de procedimentos e prestação de consultoria em relações étnico-raciais junto à 24ª Promotoria de Justiça. Encerrada a apresentação, Elisângela manifestou disponibilidade para diálogo com as pessoas presentes. Marcela convidou a fazerem perguntas e reforçou a necessidade de que o Centro de Referência seja acionado para o registro de casos de racismo e discriminação religiosa. Elisângela também ressaltou a importância do registro de casos junto ao Centro de Referência, mesmo quando não se faz necessário apoio e acompanhamento oferecidos pelo serviço, de modo que tais casos componham as estatísticas disponibilizadas à imprensa e outros órgãos e não fiquem



invisibilizados e a dimensão do racismo em Campinas reduzida. Dr. Tagino apresentou questionamento referente a eventual estudo do Centro de Referência sobre pesquisa realizada junto a educadores da cidade sobre o cumprimento da Lei nº 10.639/03, especialmente na rede estadual. Elisângela registrou que não tem conhecimento da pesquisa mencionada, mas falou da interlocução próxima do SCRCR junto à rede municipal e do envolvimento do serviço no processo de elaboração e implementação do Protocolo Antirracista da Educação e também expôs dificuldades enfrentadas na interlocução com a rede estadual e uniformização de procedimentos diante da atual realidade da gestão da educação estadual. Dr. Tagino declarou que a resposta de Elisângela possibilitou reflexão quanto ao impacto na cidade de Campinas, ao menos na rede municipal, e reforçou preocupação quanto ao preparo dos educadores para os processos formativos e intervenções junto a crianças e adolescentes, diante do contexto de casos de racismo na rede de ensino. Não tendo sido apresentados outros questionamentos à convidada, a Presidenta agradeceu pelas informações por ela prestadas e passou a palavra ao assistente social Flávio, do Centro de Referência do Imigrante, Refugiado e Apátrida – SCRIRA.

Flávio iniciou agradecendo o convite e justificando a ausência do chefe do setor, que atua também como professor e, por isso, não pode comparecer. Explicou que trabalha no SCRIRA desde o ano de 2022, mas que o serviço existe desde 2016, nem sempre vinculado à CDPPIR, como atualmente, e que sua oficialização ocorreu somente no ano de 2024, possibilitando melhorias para o equipamento e para as condições laborais, em especial a designação de chefia para coordenar os trabalhos. Descreveu que, após período marcado pela presença de assessores em funções técnico-administrativas no serviço e algumas aposentadorias, mediante muita reivindicação e luta, hoje o SCRIRA conta com equipe completa composta somente por servidores públicos de carreira, além de recepcionista terceirizada. Segundo Flávio, a equipe de trabalho é atualmente constituída por 6 pessoas: assistente social, psicóloga, especialista em relações sociais com formação em Antropologia, chefe de setor (também psicólogo), agente administrativo e recepcionista. Passou então à contextualização do fenômeno migratório, apresentando conjuntura atual da migração e aspectos históricos, destacando que: o Brasil é visto como país com Lei de migração moderna e arrojada, referência para outros países pelo caráter inclusivo e acolhedor; existe também uma lei específica de refúgio; o município de Campinas conta com Lei Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas (Lei nº16.038/2020), que, todavia, carece de regulamentação, mas tem como foco a integração dos migrantes à sociedade campineira; entende que o CDPCNC pode ser referência de organização para a população migrante, que também precisa fomentar espaços de articulação social e controle, quiçá pela criação de um conselho específico, como existe em São Paulo, capital, pressionando para que a legislação seja regulamentada e a política pública seja melhor detalhada e aplicada; o termo imigrante está ultrapassado, sendo o mais correto migrante internacional; Campinas é referência para as cidades vizinhas, sendo a única que conta com serviço específico para atendimento da população migrante; são diversos os fluxos migratórios para Campinas, por motivos e caminhos diversos, destacando-se a



presença de migrantes vindos do Haiti, Síria, Colômbia, Cuba, Venezuela e Afeganistão. Flávio também abordou as principais frentes de trabalho do SCRIRA, quais sejam: Atendimento presencial: Acolhimento e atendimentos agendados; Atendimento online: WhatsApp; Oficinas “Boas vindas” e “Renovação”; Visitas domiciliares; Mini biblioteca; Interlocução com a Rede de serviços de Proteção social; Ações de promoção da cidadania e prevenção; ao tráfico humano e redução a condição ao trabalho análogo à escravidão; Diligências aos Consulados em São Paulo. Outra informação trazida por Flávio é referente ao Ecosistema Migratório no município, que embora muito aquém do que pode ser encontrado em capitais marcadas por significativa presença de migrantes internacionais, conta com a colaboração valiosa do CEPROCAMP, ONG Rever Cidadania, Defensoria Pública da União, Alameda dos Estrangeiros, CONARE, Cátedra Sérgio Vieira de Mello - UNICAMP, Inst. de Estudos da Linguagem – UNICAMP e Associações de Haitianos. Também foram apresentadas informações referentes ao perfil demográfico da população migrante em Campinas a partir de dados da Polícia Federal, CadÚnico e das pessoas atendidas no Centro de Referência do Imigrante, Refugiado e Apátrida, destacando-se a informação de que, no 1º semestre de 2025, pessoas pretas, pardas e indígenas somaram 80% dos atendidos no SCRIRA; Outro tema abordado foi a presença de indígenas da etnia Warao em Campinas, que aumentou exponencialmente nos últimos anos, passando de 1 família em 2022 para cerca de 22 famílias atualmente, a maior parte delas vivendo em condições de extrema vulnerabilidade num galpão na região noroeste da cidade. O assistente social Flávio encerrou sua fala provocando o CDPCNC a refletir sobre a possibilidade de promover a participação de pessoas migrantes internacionais no colegiado, haja vista que, predominantemente, são pessoas negras. Aberta a oportunidade, não foram apresentados questionamentos complementares ao convidado. Marcela agradeceu e destacou a importância do conteúdo exposto, valorizando a complexidade das atividades desenvolvidas. A Presidenta novamente solicitou manifestação do coordenador da CDPPIR Marcelo Rezende sobre o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial e sobre a 5ª CONAPIR, mas não obteve retorno. Passou então aos assuntos gerais, abordando os seguintes tópicos:

1. Proposta de realização de Fórum da Juventude em 2026, em articulação com o Conselho Municipal da Juventude. A Presidenta informou às pessoas presentes que, em reunião do CDPCNC realizada no dia 28 de agosto de 2025, na qual não foi atingido o quorum regimental, foi discutida a proposta de realização de um Fórum da Juventude em parceria com o Conselho Municipal da Juventude. Submetida a proposta à deliberação da plenária, não houve manifestação de oposição à articulação da atividade, por meio de grupo de trabalho já existente.

2. Proposta de criação pelo CDPCNC de selo da equidade racial e responsabilidade para as empresas. Marcela apresentou a proposta de criação de um selo da equidade racial e responsabilidade para as empresas, pensando na gestão e nos cargos de liderança. Comprometeu-se a disponibilizar no grupo de WhatsApp o Grupo de Trabalho para a construção conjunta, pensando num evento do Conselho no mês da Consciência Negra, para o dia



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMPINAS

20 de novembro ou no final do mês de novembro. Descreveu os objetivos do selo, quais sejam: reconhecer e incentivar as práticas institucionais antirracistas; garantir representatividade negra e indígena em diferentes espaços de poder; promover políticas afirmativas que ampliem igualdade de oportunidades; e estimular o cumprimento de legislações vigentes, como a Lei nº 10.639 e 11.645. Também comprometeu-se a disponibilizar o projeto no GT. Submetida a proposta à deliberação da plenária, não houve manifestação de oposição.

A Presidenta deu por encerrada a reunião, mais uma vez agradecendo aos representantes do Centro de Referência em Direitos Humanos para Prevenção e Combate ao Racismo e à Discriminação Religiosa, Elisângela Nunes de Oliveira, e do Centro de Referência do Imigrante, Refugiado e Apátrida, Flávio Rodrigo, pelas contribuições, ressaltando a importância de que todos conheçam mais sobre os serviços, para saber a quem recorrer em caso de necessidade.

Nada mais havendo a tratar, eu, Elisângela Nunes de Oliveira, conselheira suplente, lavrei a presente ata.

Campinas, 05 de novembro 2025

Marcela Miguel Reis
Presidenta do CDPCNC
Biênio 2024/2026

Elisângela Nunes de Oliveira
Secretária ad hoc CDPCNC